



ACTA DA SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ALBUFEIRA REALIZADA NO DIA 18 DE NOVEMBRO DE 2009

Acta n.º 2

Ao décimo oitavo dia do mês de Novembro do ano de dois mil e nove, reuniu a Assembleia Municipal de Albufeira, pelas 21:40 horas, na sala de reuniões do edifício dos Paços do Concelho, por convocatória de vinte nove de Outubro, com a seguinte ordem de trabalhos: -----

PONTO PRIMEIRO: Discussão e aprovação do Regimento da Assembleia Municipal, em conformidade com a Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, na redacção da Lei nº 5 - A/2002, de 11 de Janeiro; -----

PONTO SEGUNDO: Eleição de um Presidente de Junta de Freguesia para participar no XVIII Congresso da ANMP. -----

A Segundo-Secretário faz a chamada: -----

PRESENCAS: -----

Feita a chamada constatou-se estarem presentes os seguintes membros da Assembleia Municipal: Carlos Eduardo da Silva e Sousa (PSD), Francisco João Magalhães Calhau (PSD), Vítor Manuel Clemente da Silva (PS), Nuno Miguel Martins Lage e Lisboa (PSD), Paulo Alexandre Figueiredo Freitas (PSD), Adriano Duarte de Horta e Nogueira Ferrão (PSD), Francisco José Pereira de Oliveira (PS), Ana Cristina Neves Pinto de Oliveira (PSD), Vítor José Correia Maria Vieira (PSD), Florbela de Jesus Palma Caixinha (PS), Carlos Duarte Vieira Gabriel (PSD) (21:45h), Maria Isabel Rodrigues Mateus (PSD), Alberto Esteves do Rego Saraiva (PSD), Carlos Alberto da Volta Milheiro Lima (PS) (21:54h), Pedro Tiago da Costa Chambel Farinha (PSD), Helena Maria Palhota Dias Simões (PSD), Luís Filipe Mendonça dos Reis (PS), Maria do Rosário Calvino Charrua (BE), Carlos Augusto Cabrita dos Santos (PSD), Miguel Alexandre Correia Mesquita (PSD), Ana Luísa Sousa Simões (PSD), os Presidentes das Juntas de Freguesia, Helder Manuel Rodrigues Sousa (Albufeira), Jorge Miguel Valente de Sanches Vicente (Ferreiras), José Cabrita (Guia), Indaleta Maria Ribeiro da Ponte Cabrita (Olhos d'Água) e Francisco Manuel Fernandes Guerreiro (Paderne). -----

Registou-se ainda, a presença do Presidente da Câmara, Desidério Jorge da Silva, dos Vereadores em regime de permanência, José Carlos Martins Rolo, Marlene Martins Dias da Silva, Carlos Sérgio Freire Quintino, José Manuel Bota Sequeira e Ana Filipa Simões Grade dos Santos Pífaru. -----

FALTAS: Maria Eugénia Xufre Baptista (PSD) e Rui Miguel de Sousa Serôdio Bernardo (PSD). -----

SUBSTITUIÇÕES: Face aos pedidos de substituição apresentados pelos Membros, Eugénia Baptista e Rui Bernardo, foi verificada a legitimidade e identidade dos elementos imediatamente a seguir na ordem das respectivas listas, os Membros, Nuno Miguel Martins Lage e Lisboa e Alberto Esteves do Rego Saraiva. -----

Havendo quórum (**vinte e seis presenças**), o Presidente da Assembleia inicia a sessão com o período destinado aos munícipes. -----



PERIODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO. -----

Manuel Lino de Carvalho - Na última Assembleia fiz uma exposição ao Sr. Doutor, juntamente aos senhores aqui presentes, à qual ainda não obtive resposta, o que é natural porque é num curto espaço de tempo. Entretanto vim informar o Sr. Doutor e os senhores presentes que, respostas da Câmara, também nada obtive. Tenho três casos pendentes, em que o alvará da Urbanização diz uma coisa e, três moradias foram construídas fora dessa teoria. Em que os factos estão dados pela Câmara conforme juntei ao processo anterior que expus ao Sr. Doutor e a esta Assembleia. Trago aqui os números dos processos e os porquês. Se o Senhor quiser apontar, passo a referir, o processo 57/03, o qual na petição é dito que a cave é proposto em mais de 50% da área acima do perfil natural do terreno, devendo-se deste modo contabilizar para a área de construção. O alvará 4/92, a proposta prevê dois pisos no máximo. A tipologia T4 proposta, não cumpre o respectivo alvará 4/92 no que refere o número de habitantes por fogo. Isto foi aprovado, entretanto vem o Sr. Engenheiro repor, que retiraria a cave, conforme ficou indicado no processo 57/03 em 14-07-03, que o piso da cave deixou de existir ficando a casa com rés-do-chão e 1º piso, ou seja, dois pisos, conforme o alvará, pelo que se faz as regras das peças desenhadas e descritas. Este assunto é para chamar a atenção que neste caso não foi autorizada a cave e sendo assim já estava conforme o alvará dizia. Pois muito bem, só que a cave foi construída. Tenho aqui presente documento que foi assinado pelo Sr. Engenheiro Ricardo Sequeira, conforme entreguei ao Sr. Doutor na reunião. O segundo caso, o executivo tem uma intervenção minha que vem já desde 30-06-2006. Fiz uma comunicação a esta digníssima Câmara, em que havia construção que não estava legal. Foi-me respondido a 21-07-2006 o seguinte teor: "visitada a obra, nada de anormal se detectou relativamente ao projecto aprovado e licenciado por esta Câmara ao abrigo da licença 536/05 a que corresponde o processo 593/00." Por conseguinte, este processo foi aprovado. Em princípio tinha sido pedido um T3+6, o qual não foi aprovado, incluindo ter uma cave, considerada por mim e por alguns técnicos, como cave/garagem/piso 0 com cerca de 400m2. Nada disto se refere o alvará 4/92. Consequente, o que foi aprovado em 27-07-2007, um ano e um mês após a minha denúncia, e que é considerada que está tudo a decorrer perante o previsto, é que foi aprovado o T3 nesta dita moradia, que é o processo 593/00. Há aqui uma grande discrepância, considerando os factos e as datas que se conjugam e não estão de acordo. Temos o terceiro caso, a moradia do LT 1, em que o alvará autoriza 30% de construção do terreno no R/C e 1 andar, e está construído mais de 60% do terreno, com cave, r/c e 1º andar e em vez de ser um T3 foi aprovado em 06-05-2008 um T4. Se em princípio nada fazia prever que se pudesse aprovar T4, foram aprovados dois pisos + cave num T4. Tudo isto demonstra que não está dentro da legalidade do alvará 4/92. Em cartas escritas à Câmara em Agosto, depois em Setembro fiz a exposição com todos os documentos conforme entreguei ao Sr. Doutor, ainda não obtive qualquer informação. Já tive uma reunião com o Sr. Dr. José Carlos Rolo e a Dr.ª Filomena. Neste momento aguardo respostas, aguardo conclusões. As horas continuam a andar e ninguém faz nada. -----



Presidente da A.M. - Qual é o número do último processo? -----

Manuel Lino de Carvalho - Processo n.º 9CP/2008. Promessas de respostas, tenho tido muitas mas, até agora, nada de encontro á resolução destes problemas. E, depois das obras construídas muito dificilmente conseguem ir a baixo. Agradecia que V. Exa. e os Senhores pudessem por termo neste descontrolo de situação. Obrigado. -----

Vice-Presidente da C.M. - Relativamente à intervenção do Sr. Lino de Carvalho, quero informar que, dito desta maneira parece que na Urbanização das Texugueiras está tudo ilegal. Obviamente que, não depende da minha responsabilidade os despachos sobre as obras, é imputada aos Consultor Jurídico e Técnicos, já disse várias vezes. A resposta já foi preparada, deve sair amanhã, ainda hoje despachei para a Dra. Filomena para elaborar o ofício que remete, precisamente, o relatório feito relativamente aos três lotes que aqui expôs e que a digníssima Assembleia em carta endereçada ao Presidente irá receber e o Sr. Lino de Carvalho também. É isso apenas que tenho referir. -----

Presidente da A.M. - Posso acrescentar relativamente a esta situação que, na altura solicitamos à Câmara informação e também ainda não chegou. O Dr. Rolo já confirmou que já há essa resposta, em breve, se não eu iria solicitar novamente essa resposta. ---

Manuel Lino de Carvalho - Agradecia que, mais uma vez, V. Exa. visse datas expostas nos documentos. As datas expostas nos documentos diferem muito e dizem muito, sobre todo este processo, porque os três lotes são constituídos por argumento de peso, quanto os outros todos foram regulamentados pelo alvará 4/92. Só estes três lotes, foram dirigidos por uma certa pessoa é que estão em desconformidade com aquilo que está exposto, portanto não é toda a Urbanização. Em dezassete lotes que deveria servir o alvará 4/92, neste momento só três é que estão fora dos limites. Boa noite. -----

Não havendo mais intervenções por parte dos munícipes, é encerrado o período do público. -----

Na falta da Primeiro-Secretário, o Presidente da Assembleia, faz a LEITURA RESUMIDA DA CORRESPONDÊNCIA, onde se destaca o ofício da IGAL sobre a Inspeção Ordinária Sectorial ao Município de Albufeira, onde aponta discordâncias em relação a alguns actos imperativos praticados pela Câmara. O Presidente da Assembleia esclarece que vai pedir esclarecimentos à Câmara, mas a própria Câmara ficou incumbida de responder à IGAL, portanto a Assembleia terá conhecimento dessa resposta. -----

A correspondência fica acessível a todos os digníssimos Membros, para consulta, no Gabinete da Assembleia Municipal. -----

Terminada a leitura da correspondência e o Presidente da Assembleia encerra o Período Antes da Ordem do Dia e inicia o Período da Ordem do Dia. -----

ORDEM DO DIA

PONTO PRIMEIRO

Presidente da A.M. apresenta o ponto e passa a palavra aos Membros da Assembleia. -



Rosário Charrua (BE) - Gostaria de propor que, em primeiro lugar fossem corrigidas as alíneas k) e l) do n.º1 do art.7º. Penso que por uma questão de redacção há aí um pequeno lapso. Penso que a alínea é apenas uma. Onde diz: "k) Votar moções de censura à câmara municipal, em avaliação da acção" e depois diz: "l) desenvolvida pela mesma ou por qualquer dos seus membros;". São duas alíneas, ou será apenas uma e há aqui um lapso? Penso que é um lapso de redacção apenas. -----

Presidente da A.M. - É um lapso. Se formos à interpretação da Lei, de facto, as duas alíneas estão numa só. Propõem-se então, a correcção das alíneas. A Lei reza que: "k) Votar moções de censura à câmara municipal, em avaliação da acção desenvolvida pela mesma ou por qualquer dos seus membros;" Ficaria assim a redacção. Mais alguma coisa? -----

Rosário Charrua (BE) - gostaria ainda de propor que no n.º2 do art. 8º constasse uma alínea que garantisse a cada grupo municipal instalações e equipamentos de apoio administrativo necessários ao funcionamento e representação dos mesmos grupos ou, em alternativa possibilite que cada um dos grupos possa fazer uso das instalações e equipamentos de apoio administrativo destinados actualmente de forma generalizada à Assembleia. Isto porque, efectivamente na Lei esta situação está prevista, no nosso regimento, o actual, também, mas deveria ser alargada a cada grupo para a preparação do nosso trabalho e desempenho ao nível da Assembleia. Não está bem definido no regimento. -----

Presidente da A.M. - Tem a redacção da proposta para entregar? -----

Rosário Charrua (BE) - Neste exacto momento para entregar ainda não, mas posso entregar brevemente. Tenho a proposta só assim, se quiser que lha escreva, também rapidamente lha transcrevo e deixo hoje ainda entregue. -----

Presidente da A.M. - Eu penso, se me é permitido, que isso era bom mas, não há condições físicas. -----

Rosário Charrua (BE) - Fica a proposta feita. Gostaria ainda de fazer mais algumas propostas. Ainda no n.º2 do art.8º, que o regimento previsse a criação de um endereço electrónico para cada grupo municipal, tendo como por exemplo assembleia.be@cm-albufeira.pt. No sentido de aproximarmos os grupos dos próprios órgãos municipais e também nós próprios estarmos mais disponíveis ao nível dos cidadãos, bem como disponibilizar e uniformizar discursos. Ou seja, se cada grupo municipal tiver um email próprio, será mais fácil quer a Assembleia corresponder-se com cada grupo, quer a própria Câmara e estes emails estando disponíveis no site da câmara onde está o sector destinado à Assembleia, também cada grupo podia ser contactado pelos próprios cidadãos para receber propostas, para serem ouvidos, para serem falados e para podermos aqui mais rapidamente trazer propostas da população de uma forma geral. Que no n.º3 do art.14º, seja introduzida uma alínea que permita ao munícipe a possibilidade de intervir após resposta ao seu esclarecimento, não podendo, porém, exceder dois minutos por cidadão. Ou seja, que o cidadão não sinta que a palavra se esgota na resposta que lhe é dada à sua questão aqui apresentada. Que ele saiba e



sinta que tem o direito pelo menos a mais dois minutos de contra resposta, para promover, assim, o diálogo. -----

Presidente da A.M. - Eu tenho alguma dificuldade em equacionar todas estas propostas. Isto é uma questão que é da competência própria da Assembleia, em qualquer altura, isto talvez para facilitar, a minha sugestão é apenas essa, se quiser persistir nas propostas apesar de não virem redigidas, tudo bem, é só para que nós saibamos o que estamos a votar. Em qualquer altura pode entregar na secretaria essas propostas todas, já devidamente redigidas, para serem dadas a todos os membros da Assembleia, para todos olharem e até meditarem da sua justeza. Se quiser fazê-las agora, o lugar é supra. -----

Rosário Charrua (BE) - Tenho mais duas propostas que gostaria de deixá-las, depois passarei a fazer dessa forma e farei numa outra situação, mas concluí. No n.º2 do art.32º consta-se a publicação da informação relativa à Assembleia no site da Câmara. Eu sei que já é feito. Já é publicado no site da Câmara, no sector da Assembleia, as actas e uma série de deliberações, mas não está formalizado no regimento. E no n.º2 do art.38º, fosse alterado o prazo da entrega da Ordem do Dia para um prazo maior, dado que isso também já é feito, a Ordem do dia é entregue com muito mais antecedência do que aquela que está escrita no regimento. Acho que poderia ficar escrito o prazo com que, efectivamente, costuma ser feita essa entrega. Eram as propostas que eu trazia mas, farei por escrito e darei depois oportunidade de serem lidas com mais calma e tranquilamente. -----

Presidente da A.M. - Depois, serão agendadas num ponto específico para a Assembleia. Porque assim não iria votar favoravelmente sobre essas propostas, gosto de pensar sobre elas. Algumas até poderei achar que estão boas e votar favoravelmente sobre elas, outras não, mas como já disse, a liberdade é sua. Num futuro próximo, para nós sabermos exactamente o que estamos a deliberar, têm de vir escritas, este tipo de propostas. Então, sendo assim, neste momento, considero como não postas estas propostas para discussão e deliberação, embora todos os membros tenham a liberdade de se pronunciar sobre elas. É isso que posso considerar? -----

Rosário Charrua (BE) - Pode considerar. -----

Ana Oliveira (PSD) - No art.8º falta o n.º1. -----

Presidente da A.M. - Então, vou colocar já a votação a proposta enviada com estas correcções de erros materiais. -----

Francisco Oliveira (PS) - Já agora que estamos nestas correcções, nas disposições finais a data da aprovação é de 16 de Novembro de 2005. Portanto se ele vier a ser aprovado convinha também corrigir a data para 18 Novembro de 2009. -----

Não havendo mais intervenções por parte dos Membros, o Presidente da A.M. coloca a proposta do regimento e as correcções materiais a votação. -----

VOTAÇÃO: -----

Votos Contra: zero (00) -----

Abstenções: uma (01) Rosário Charrua -----

Votos a favor: vinte e cinco (25) Carlos Silva e Sousa, Francisco Calhau, Vítor



Clemente, Nuno Lisboa, Paulo Freitas, Adriano Ferrão, Francisco Oliveira, Ana Oliveira, Vítor Vieira, Florbela Caixinha, Carlos Gabriel, Isabel Mateus, Alberto Saraiva, Carlos Lima, Pedro Farinha, Helena Simões, Luís Reis, Carlos Santos, Miguel Mesquita, Ana Simões, Helder Sousa, Jorge Vicente, José Cabrita, Indaleta Cabrita e Francisco Guerreiro. -----

Ausências: zero (00) -----

A proposta foi aprovada por maioria -----

PONTO SEGUNDO

Eleição de um Presidente de Junta de Freguesia para participar no XVIII Congresso da ANMP. -----

O Presidente da A.M. apresenta o ponto e passa a palavra aos membros da Assembleia.

Paulo Freitas (PSD) - Apresenta proposta (doc.1). -----

PROPOSTA Proposta A

- Os Membros da Assembleia Municipal de Albufeira eleitos pelo Partido Social Democrata propoem para o XVIII congresso da ANMP - o Presidente da Junta de Freguesia de Albufeira - Helder Nascim. Rodrigues Sousa - e como substituto o Presidente da Junta Freguesia de Paderne - Francisco Manuel Fernandes Guerreiro:

Albufeira, 18 Novembro 2009

Yvela Lora
Vitoria da Silva
Carlos Santos
Helena Simões

Ana Simões
Indaleta Cabrita
Carlos Santos
Miguel Mesquita
Jorge Vicente



Não havendo mais propostas, o Presidente da A.M. coloca a proposta (PROPOSTA A) a votação, por escrutínio secreto. -----

VOTAÇÃO: -----

Votos favoráveis: vinte (20) -----

Votos em branco: seis (06) -----

Ausências: zero (00) -----

Foi eleito o Presidente da Junta de Freguesia de Albufeira, Helder Manuel Rodrigues Sousa. -----

Antes de encerrar a sessão, foram aprovadas, por unanimidade, as minutas das deliberações tomadas na Assembleia. -----

Nada mais havendo a discutir ou a deliberar, o Sr. Presidente da Assembleia deu por encerrada a sessão, cerca das 22:20 horas, de que foi lavrada acta que, depois de lida e aprovada, será assinada nos termos da Lei. -----

Albufeira, 19 de Novembro de 2009 -----

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA _____

O PRIMEIRO SECRETÁRIO _____

O SEGUNDO SECRETÁRIO _____